

**AS MOBILIZAÇÕES PELA ANISTIA AMPLA,
GERAL E IRRESTRITA NA VISÃO DA REPRESSÃO POLÍTICA**
THE MOBILIZATION BY THE BROAD,
GENERAL AND UNRESTRICTED AMNESTY IN VIEW OF POLITICAL REPRESSION

PEDRO ERNESTO FAGUNDES | Professor do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFES. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

A abertura à consulta dos acervos dos órgãos de controle e repressão do regime militar no Brasil, produzidos durante os anos de 1964-1985, permitiu o acesso a milhares de documentos e fotografias. O principal objetivo deste artigo é analisar um informe produzido pelo Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (Cisa), em 14 de agosto de 1979, durante a campanha pela anistia.

Palavras-chave: ditadura; anistia; repressão política; movimento estudantil.

ABSTRACT

The declassification of the documentation of the agencies of control and repression of the military regimen in Brazil, produced during the years 1964-1985, allowed access to thousands of documents and photographs. The main purpose of this paper is to analyze a report produced by the Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (Cisa), in August 14, 1979, during the Amnesty campaign.

Keywords: dictatorship; amnesty; political repression; student movement.

RESUMEN

La apertura a la consulta de los acervos de los órganos de control y represión del régimen militar en Brasil, producidos durante los años 1964-1985, permite el acceso a miles de documentos y fotografías. El objetivo principal de este trabajo es analizar un informe elaborado por el Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (Cisa), el 14 de agosto de 1979, durante la campaña por la amnistía.

Palabras clave: dictadura; amnistía; represión política; movimiento estudiantil.

No dia 14 de agosto de 1979, milhares de pessoas, entre professores, estudantes e sindicalistas, concentrados nas escadarias do Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, gritavam palavras de ordem, estendiam faixas e balançavam bandeiras. Essa manifestação fazia parte do calendário de atos públicos programados pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) para todo o país, em favor da aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita.

É preciso diferenciar a aprovação da lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, e as mobilizações organizadas pelos movimentos sociais em torno da anistia ampla, geral e irrestrita. Em nossa opinião são duas questões distintas, tanto que na historiografia brasileira existem três correntes interpretativas que tratam dos fatos e acontecimentos que marcaram a anistia e a abertura política.

A primeira corrente interpretativa procura enfocar a atuação da cúpula militar como os “atores centrais” no projeto político. Isso porque, segundo as memórias dos próprios participantes dos governos dos generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985), deve-se aos militares o sucesso da abertura política – apesar da interferência inoportuna dos líderes civis. Para os pesquisadores que se enquadram nesta vertente, foram os militares que coordenaram a disputa contra a chamada “linha dura” que devolveram à sociedade civil o Estado de direito (D’Araújo et al., 1995).

Para esses setores militares, as tarefas fundamentais do projeto foram desencadeadas, coordenadas e controladas por cima, sem a intervenção dos grupos civis, nem mesmo de parlamentares da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Assim, do ponto de vista dos atores militares, pretendeu-se claramente um processo de abertura limitado e conduzido pelo alto, do qual estariam excluídas as forças de oposição. O aspecto “lento e seguro” da abertura representou, justamente, uma medida planejada para a manutenção da ordem sem quebrar a constitucionalidade (D’Araújo et al., 1995).

Na leitura dos membros da segunda corrente interpretativa, o palco principal da disputa política ocorreu no Congresso Nacional. Essa interpretação procura destacar a decisiva e efetiva intervenção do governo militar no Congresso Nacional, durante os trabalhos da comissão criada para discutir os pontos centrais da Lei da Anistia, sobretudo durante o mês de agosto de 1979 (Câmara da Silva, 2007).

Assim, esses autores apresentam um histórico das tentativas de inclusão da anistia política desde os primeiros momentos pós-golpe de 1964. Também enfatizam as ações do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), dos familiares de mortos e desaparecidos e o surgimento do Movimento Feminino pela Anistia nos debates que ocorreram no plano nacional. Contudo, o foco central é sempre nos debates e discussões criados no espaço institucional a partir da segunda metade de década de 1970 (Mezarobba, 2006).

Neste artigo, por conta da natureza das fontes – o relatório e fotografias do aparato repressivo – pretendendo utilizar os trabalhos produzidos principalmente por Heloísa Amélia Grecco, que representa a terceira corrente interpretativa.

A autora defende que o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita rompeu com essa lógica do controle institucional.

Ao contrário do que tem sido a tendência da produção acadêmica, no entanto, vou tratar aqui da história do *instituinte*, não do *instituído*. Assim, o que defendo é que, na luta pela anistia, a iniciativa política está com a sociedade civil organizada, não com o Estado ou com a *institucionalidade*: os sujeitos ou os atores principais são os militantes das entidades de anistia – os CBAs e o MFPA –, os exilados e os presos políticos, que atuaram na segunda metade da década de 1970. O *locus* desta iniciativa, o lugar da ação e do discurso ou, melhor ainda, o lugar da história, é a esfera *instituinte* no marco da recuperação da cidade enquanto espaço político – é esta a perspectiva que proponho a partir da qual a história deve ser contada, em contraposição ao espaço instituído ou à esfera do institucional (Greco, 2009 a, p. 525, grifos no original).

O movimento pela anistia começou a ganhar força a partir da segunda metade da década de 1970. Entre os inúmeros fatores que levaram o governo do general Ernesto Geisel a incluir esse tema na pauta política, está o resultado das eleições de 1974, amplamente favorável para o MDB. O fim do chamado “milagre brasileiro” e os consequentes desdobramentos no âmbito econômico, como o crescimento inflacionário, foram outros desses fatores (Greco, 2003).

As constantes denúncias de casos de tortura, morte e desaparecimento – com destaque para o caso do jornalista Vladimir Herzog – tiveram relevante peso, no sentido de desgastar a atuação do aparato repressivo, entre contingentes expressivos da sociedade. Nesse ambiente, a oposição ganha musculatura eleitoral e organizacional. Destaque ainda para a atuação da chamada ala progressista da Igreja Católica, os representantes do “novo sindicalismo” e os militantes do movimento estudantil. Um dos acontecimentos marcantes nesse período foi a criação do Movimento Feminino pela Anistia, no final de 1975.

Outro marco nas mobilizações a favor da anistia política no Brasil foi o surgimento, em fevereiro de 1978, do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). A partir da criação do CBA, foi se estruturando um movimento articulado nacionalmente, através dos comitês de apoio à anistia, em quase todos os estados do país. Entre 1978 e agosto de 1979, mês da tramitação e aprovação da lei n. 6.683, no Congresso Nacional, esses comitês realizaram reuniões, manifestações, congressos, encontros, seminários, enfim, um conjunto de atividades que tiveram como principal bandeira a anistia ampla, geral e irrestrita (Greco, 2003).

A luta pela anistia contou com um amplo leque de apoio e sustentação política e, por isso mesmo, representou um importante espaço de cidadania que reuniu diversos atores sociais. Essas iniciativas aglutinaram milhares de pessoas dos mais diversos setores da sociedade civil organizada, tais como os setores progressistas da Igreja Católica, as organizações de esquerda, os *medebistas*, militantes estudantis, os familiares de desaparecidos políticos, os exilados e presos políticos.

Nesse sentido, a manifestação do dia 14 fazia parte do esforço de mobilização do CBA, programado para todo o mês de agosto de 1979. Tanto que a concentração na Cinelândia foi destaque em dois dos principais jornais do país. Em sua edição de 15 de agosto de 1979, a *Folha de São Paulo* destacou em sua página 4: “No Rio, três mil pessoas vão às ruas pela anistia ampla”. A mesma matéria destaca que ocorreram atos em Belo Horizonte e em Santos.

Com destaque na primeira página com a chamada “Manifestação na Cinelândia pede anistia ampla”, o *Jornal do Brasil* também cobriu o ato do CBA.¹ Para o periódico carioca, milhares de pessoas – entre as quais 132 representantes de entidades e 13 parlamentares de oposição – estiveram reunidas no Centro do Rio de Janeiro. Ainda segundo a matéria, toda a manifestação ocorreu “sem repressão policial”, porém esta afirmação não correspondeu à realidade. Isso porque, durante todo o ato, os participantes foram monitorados pelos agentes da repressão. Como é possível constatar através do informe n. 792/79 – I/A2 – do III Comando Regional da Aeronáutica (Comar), integrantes desse órgão, que era ligado ao Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa), produziram um relatório de cinco páginas e diversas fotografias sobre essa manifestação (utilizamos essa fonte no presente trabalho).

A entrada em vigor da lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, chamada de Lei de Acesso à Informação, permitiu que milhares de documentos e fotografias do acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), custodiado pelo Arquivo Nacional (AN), em Brasília, fossem liberados para pesquisa. Durante uma pesquisa realizada no AN, tivemos acesso ao conjunto documental produzido pelo Cisa. Como já dissemos, esse órgão acompanhou e produziu um relatório sobre o ato de 14 de agosto de 1979, ocorrido na Cinelândia.

Antes de prosseguirmos, é importante destacar a origem do Cisa e de parte do aparato repressivo criado na época. Logo que assumiu o controle da administração pública, uma das primeiras medidas dos militares foi criar um órgão voltado à vigilância, ao monitoramento e controle político e social. Para cumprir essa finalidade, o presidente Castelo Branco (1964-1967) assinou a lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964, que criou o SNI.

O general Golbery do Couto e Silva foi o principal idealizador e primeiro militar a assumir a chefia do órgão. Inicialmente, as atividades do SNI estavam concentradas em levantar informações sobre indivíduos considerados “subversivos”. Entretanto, apesar do surgimento de inúmeros órgãos ligados e subordinados ao SNI ao longo dos anos, pode-se afirmar que a escalada repressiva que marcou esse período contava com os seguintes fundamentos básicos: espionagem, censura e propaganda (Fico, 2001).

O contexto dos anos finais da década de 1960 marcou o ponto culminante do processo de centralização da repressão política. Pode-se dizer que a criação de dezenas de órgãos de repressão foi resultado das pressões de setores das Forças Armadas, que viam a necessidade de “endurecer” o regime. Assim, a estrutura repressiva ganhou musculatura administrativa e burocrática para atuar em todas as esferas da sociedade. Em tese, o objetivo era monitorar possíveis casos de corrupção e a atuação de “comunistas”.

Seguindo a tendência de ampliação dos órgãos de repressão que marcou os anos iniciais da década de 1970, o Cisa foi criado pelo decreto n. 66.608, de 20 de maio de 1970. O plano era centralizar e integrar a ação dos órgãos de repressão política (Ishaq; Franco; Sousa, 2012).

Dessa forma, com a criação do Sistema Nacional de Segurança Interna (Sissegin), as Forças Armadas e a polícia política unificaram esforços para enfrentar a ameaça “subversiva”.

1 *Jornal do Brasil*, 15 de agosto de 1979, p. 1 e 4.

As Forças Armadas passaram a contar com seus próprios serviços de inteligência. Assim, compreende-se a presença de agentes da Aeronáutica (Cisa) na manifestação na Cinelândia, em 14 de agosto de 1979.

Voltando ao documento, segundo o tópico 1 do informe, datado de 28 de agosto de 1979, as atividades tiveram início a partir das 14h, quando começou a concentração dos participantes. Logo depois, as primeiras faixas foram estendidas. O tópico 6 do informe registra que a maioria das faixas era alusiva à campanha em favor da anistia ampla, geral e irrestrita.



Ato público pela anistia na Cinelândia. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1979. Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações

Na fotografia acima, é possível observar diversas faixas estendidas em frente ao Palácio Pedro Ernesto, a maioria com destaque para a presença da palavra de ordem “anistia ampla, geral e irrestrita”. A imagem permite verificar algumas das frases das faixas, entre elas: “Vladimir Herzog, presente”; “Terrorista é a ditadura, que tortura”; “Devolvam os corpos dos nossos companheiros”; “Honestino Guimarães, você continua na nossa memória”.

Ainda de acordo com o tópico 1 do documento, é possível verificar que os agentes da repressão conheciam os militantes presentes. Exemplo disso é o destaque que merece a presença do militante Pedro Claudio Brandão Bocayuva, conhecido como “Kunca”, no evento. É citado que este, utilizando-se de um megafone, convidava os transeuntes da região da Candelária para participar do ato. As atividades preparatórias prosseguem com

a montagem de mesas para coleta de assinaturas e a venda de exemplares dos jornais *Companheiro*, *Berro* e *Sinbad*.

Na fotografia abaixo, pode-se observar que antes do início da passeata e ato público foi encenada uma peça teatral “por cerca de 10 (moças e rapazes) da Federação dos Teatros Independentes do Rio de Janeiro (Fetierj)”, que realizavam a simulação de um interrogatório e de tortura, inclusive com a representação de espancamento e choques elétricos. A imagem indica que dezenas de jovens – com o vestuário e cortes de cabelos típicos da época – estavam envolvidos nessa encenação.



Ato público pela anistia na Cinelândia. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1979. Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações

Também é possível verificar que inúmeras pessoas fotografavam e até mesmo filmavam a encenação. No fundo da fotografia, vê-se estendida uma imensa bandeira da UNE. Como destaca o tópico 2 do informe do Cisa, a apresentação foi intensamente aplaudida pelo público.

Outra atividade desenvolvida pelos agentes da repressão foi a identificação de placas de veículos e de personalidades e representantes de entidades que compareceram ao ato. A fotografia da próxima página mostra a imagem da identificação do veículo de placa WW 3243 (Kombi), que fazia o serviço de sonorização do evento. Na imagem, um dos presentes teve o rosto circulado, provavelmente, com uma caneta esferográfica azul. O informe iden-



Ato público pela anistia na Cinelândia. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1979. Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações

tificou ainda o então deputado estadual José Eudes Freitas (MDB/RJ), como o proprietário do referido automóvel.

Os tópicos 3, 4 e 5 do informe do Cisa identificam representantes das seguintes organizações estudantis: União Nacional dos Estudantes (UNE), Diretório Central dos Estudantes (DCEs) da PUC/RJ, da UFRJ e da UFF. Também participaram membros dos Diretórios Acadêmicos (DAs) da Faculdade de Comunicação Hélio Alonso, de Medicina da UFRJ e de Economia da UFF. Foram identificados, ainda, militantes da Convergência Socialista (CS) e do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP).

Nesse trecho, o informe n. 792/79 destaca a massiva participação das entidades do movimento estudantil (ME) no ato público de 14 de agosto de 1979. Essa ênfase demonstra que os agentes da repressão tinham um conhecimento aprofundado sobre os militantes estudantis do Rio de Janeiro. Em nível nacional, apesar do adensamento da repressão durante os chamados “anos de chumbo”, o movimento estudantil continuou atuando na luta pela redemocratização do país.

Os militantes estudantis continuaram a ocupar uma posição de destaque na oposição ao regime, contudo adotando uma nova estratégia. Assim, por exemplo, as manifestações de rua – por conta do endurecimento da repressão – deixaram de ser a estratégia mais utilizada e em seu lugar as atividades do ME concentraram-se no interior dos *campi*.

Entretanto, um dos momentos marcantes da retomada das atividades de rua ocorreu em março de 1973, durante as mobilizações pacíficas de luto e protesto pela morte de Alexandre Vannucchi Leme – estudante da USP, morto nas dependências do DOI-Codi/SP. Em resposta,

os estudantes dos mais diversos cursos mobilizaram-se e organizaram uma missa na catedral da Sé, que, apesar do forte esquema de repressão, reuniu aproximadamente três mil pessoas (Cancian, 2010).

Outro momento marcante foi a celebração, em 1975, do culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog. Essa liturgia – celebrada pessoalmente por dom Paulo Evaristo Arns – serviu para aproximar organizações como: Igreja Católica, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), setores do MDB e da Associação Brasileira de Imprensa (AIB).

Entre os anos de 1974 e 1976, os militantes estudantis deram continuidade às suas atividades no interior dos *campi*, como a reorganização do DCE Livre da USP, em 1975, apontado como acontecimento fundamental para a articulação do movimento estudantil em nível nacional. Por causa da repressão foi necessário elaborar táticas alternativas de atuação. Essa nova conjuntura permitiu o surgimento de ações tais como encontros acadêmicos de áreas, atividades culturais (cinema, teatro, música etc.) e imprensa alternativa (Araújo, 2007).

A partir de 1977, o movimento realizou, em nível nacional, uma série de atividades que ficou conhecida como “Dia Nacional de Luta pelas Liberdades Democráticas”. Tantas mobilizações tiveram como principal palavra de ordem as chamadas “liberdades democráticas”, com destaque para a bandeira da anistia política.

Nesse mesmo ano, ainda, outros acontecimentos importantes foram as mobilizações em torno da reorganização da UNE, sobretudo os esforços nas articulações para os chamados Encontros Nacionais de Estudantes (Enes). Inicialmente marcado para acontecer em Belo Horizonte, o evento foi adiado, principalmente, por causa do forte esquema de repressão montado na capital maneira (Ramagnoli, 1979).

Mostrando disposição de rearticular o ME em nível nacional, foi programado um novo III ENE, agora com sede na PUC/SP. Esse evento teve dois momentos distintos: por um lado, representou uma vitória com a criação da comissão pró-UNE. Entretanto, por outro lado, a invasão significou um dos episódios de maior truculência da repressão, com destruição de parte do *campus* e prisão de centenas de estudantes (Cancian, 2010).

Em 1978, apesar do clima político marcado pela repressão e monitoramento, os militantes estudantis conseguiram organizar e reorganizar inúmeras entidades gerais, com destaque para as UEEs (União Estadual de Estudantes) e os DCEs (Diretório Central de Estudantes), nos mais diversos estados brasileiros. O marco simbólico dessas mobilizações foi o Congresso de Reconstrução da UNE, em maio de 1979, em Salvador (Muller, 2010).

Contudo, como a marca da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita era a amplitude, também estiveram presentes no ato público representantes do Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias, do Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Eletricitários do Rio de Janeiro, do Movimento Negro Unificado, um representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e uma comissão de artistas composta por Beth Mendes, Valmor Chagas e Vanja Orico.

O informe do Ministério da Aeronáutica relata que às “17:00, já com um público em torno de 1.000 pessoas, sentados em frente à Câmara de Vereadores”, uma série de oradores passou a fazer intervenções, com destaque para Saturnino Braga (deputado federal

– MDB); Délio dos Santos (deputado estadual – MDB) e Vinícius Barbosa (DCE-PUC/RJ). Discursaram também “um elemento não identificado que falou em nome da UNE, terminando sua oração com a expressão: ‘a UNE é a nossa voz, a força somos nós’ e Iramaya Benjamin – (Comitê Brasileiro pela Anistia), que leu uma carta dos presos políticos, em greve de fome, do Rio de Janeiro”.

Apesar de “não identificarem” o militante que discursou em nome da UNE, os agentes da repressão não tiveram dificuldades em reconhecer uma antiga “conhecida”: Iramaya de Queiroz Benjamim. Um dos símbolos das mobilizações pela anistia ampla, geral e irrestrita, Iramaya nasceu em 23 de novembro de 1923, no Rio de Janeiro (Ferreira; Freire; Rocha, 2001).

Em 1978, foi uma das fundadoras do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/RJ). Teve dois filhos – Cesar e Cid Benjamim – na lista de presos políticos. Esteve à frente das principais iniciativas em favor da anistia ampla, geral e irrestrita. Por isso mesmo, depois da aprovação da lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, tornou-se uma das maiores críticas da Lei da Anistia. Mesmo assim, continuou sua militância em defesa dos direitos humanos.²

O documento confidencial prossegue assegurando que, por volta das 18h15, um público de cerca de duas mil pessoas deu início ao percurso pelas principais ruas do Centro do Rio de Janeiro. A multidão cortou a avenida Treze de Maio, passou pelo largo da Carioca, movimentou-se pela rua Uruguaiana, passou pela rua Buenos Aires e atravessou a avenida Rio Branco.

Quase no fim do seu trajeto, a passeata irrompeu pelas avenidas Almirante Barroso e Antônio Carlos e, finalmente, chegou ao seu destino: o Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Segundo o informe do Cisa:

d) Durante o percurso, os manifestantes entoavam os seguintes “slogans”:

“O povo não tem medo, abaixo Figueiredo”; “Agora já! Libertem nossos presos”; “Povo unido, jamais será vencido”; “Anistia é geral: não é parcial”; “Anistia ampla geral irrestrita”; “Um, dois, três, precisamos de vocês”; “Não fique aí parado você é explorado” (dirigido aos transeuntes e expectadores); “Chega de sofrer, o povo no poder”; “Derrubar, derrubar, a ditadura militar”.

Ainda segundo o informe n. 792/79, enquanto a passeata se deslocava, um grupo de “cerca de 10 rapazes” fazia pichações em prédios. O registro fotográfico na página seguinte mostra o conteúdo de um desses protestos. Em tinta *spray* preta, estava escrito: “Abaixo a ditadura dos patrões”. Atualmente, as imagens de pichações podem ser interpretadas como simples vandalismo. Entretanto, no contexto histórico em que foram produzidas – em plena ditadura militar –, as pichações assumem um caráter estritamente político.

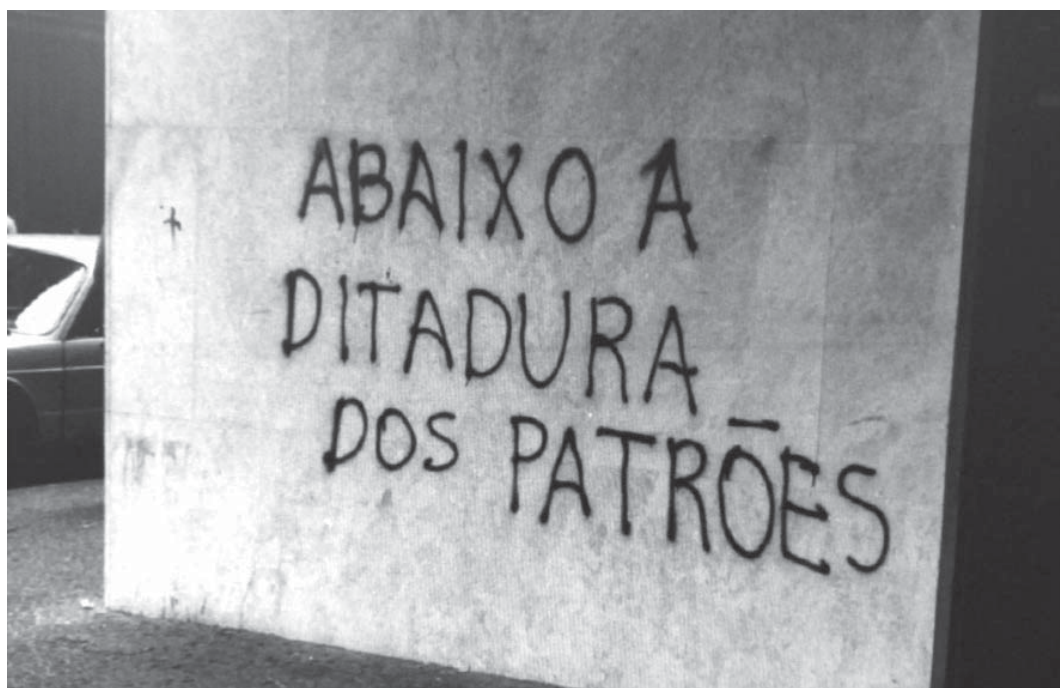
As pichações e seu conteúdo são uma forma de intervenção política no espaço público. Refletiriam assim a dimensão visual da cultura política, ou seja, manifestam uma posição.

2 Para maiores informações, ver entrevista de Iramaya de Queiroz Benjamim em Ferreira; Freire; Rocha (2001).

Se analisarmos o vocabulário e o conteúdo político da pichação constatamos que essa, em particular, no prédio da Câmara Municipal carioca, destoava das palavras de ordem comuns nas mobilizações do CBA, que procurava empregar um discurso mais amplo e plural.

Apesar das pichações, as escadarias do Palácio Tiradentes serviram de “arquibancada” para as cerca de três mil pessoas (segundo o informe da Aeronáutica) que participaram do ato público. Sempre com ênfase no tema da anistia, inúmeros dirigentes, parlamentares e militantes fizeram discursos, entre eles Edson Khair (deputado federal – MDB); Bira (representante do Sindicato dos Metalúrgicos/SP); Ivan Martins (Sindicato dos Bancários/RJ); os vereadores pelo MDB Carlos Augusto Coimbra de Mello (Niterói) e Antonio Carlos de Carvalho (Rio de Janeiro).

Pode-se destacar no informe n. 792/79 o registro de duas falas, durante o ato público. Primeiro para o discurso “bastante emotivo” de Marcelo Santa Cruz, irmão de Fernando Santa Cruz – militante estudantil desaparecido em 1974 –, que lembrou os nomes de diver-



Ato público pela Anistia na Cinelândia. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1979. Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informações

sos mortos e desaparecidos, enquanto o público respondia com a palavra “presente”. Outro destaque foi a presença de Luiz Eduardo Greenhalgh – advogado de presos políticos, membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e representante do CBA/SP –, que convidou todos a participarem de uma manifestação com finalidade semelhante, no dia 21 de agosto, na praça da Sé, na capital paulista. O ato público foi encerrado às 20h40 com a convocação para novas manifestações no Rio de Janeiro, nos dias 16 e 17 de agosto de 1979.

No dia 14 de agosto de 1979, durante o ato, os agentes da Cisa produziram dezenas de fotos da manifestação. Todas as fotografias são em preto e branco e seu formato é de aproximadamente 20x15cm. Essas imagens, que, originalmente, foram produzidas como prova de um crime político, tiveram como circuito os órgãos de repressão e depois os arquivos do SNI.

As imagens da repressão foram anexadas ao informe n. 792/79 do Cisa. Como afirmamos, apesar de seu valor inestimável para a construção da memória política do país, milhares de documentos e fotografias apenas recentemente começaram a ser organizados e disponibilizados para a comunidade de pesquisadores. Superados todos os obstáculos legais relativos ao acesso a tais acervos, a possibilidade do manuseio e análise dessas fontes assume destaque no resgate da memória política brasileira, sobretudo do período das mobilizações pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Depois de décadas depositadas no acervo do SNI, as imagens fotográficas captadas pelas lentes de algum agente da repressão política foram recuperadas. Essas fotos, que originalmente serviram para fins autoritários, na atualidade – a partir das pesquisas nos arquivos da repressão política – tornam-se fontes significativamente singulares para conhecer as mais variadas formas de resistência.

Os documentos da repressão indicam que o espaço público era alvo da disputa entre os órgãos de repressão e os integrantes do CBA. Assim, ocupar as ruas significava externar a indignação e a oposição em relação aos rumos do país. O documento do Cisa e as fotografias possibilitam conhecer e identificar o *modus operandi* dos órgãos de repressão.

É importante destacar que, mesmo num período identificado como de “abertura” ou “distensão” política, o fato de militantes dos movimentos sociais se manifestarem em favor da anistia despertava a atenção dos membros da comunidade de informação. Longe de apresentarem propostas de ruptura violenta com a ordem imposta, o objetivo das mobilizações do CBA era defender a liberdade dos presos políticos e a anistia para os exilados e cassados.

Contudo, a presença dos agentes indica que a estrutura da repressão, em relação aos setores tipificados como “inimigos da ordem”, mantinha-se intacta na véspera da aprovação da Lei da Anistia. As ações e estratégias cotidianas de controle social dos agentes da repressão mostram que estes continuavam atentos.

Uma organização ou entidade ter seu material de propaganda apreendido, um ato fotografado e ser objeto de um relatório indicava que as informações coletadas seriam difundidas entre os vários órgãos de segurança. Nessa perspectiva, as fontes fotográficas podem cumprir um papel de destaque na investigação histórica. Esse entendimento indica que as fotografias anexadas no informe n. 792/79 são importantes para o conhecimento da memória social, sendo mais que meras “ilustrações do texto” (Kossov, 2001).

O simples fato de um grupo de pessoas procurar se organizar, reivindicar e se mobilizar, independentemente de sua orientação ideológica, era motivo para compor a galeria de “suspeitos” de atentar contra a ordem social. Na rotinização da repressão, as imagens fotográficas ocupavam um espaço destacado, haja vista a preocupação dos agentes do Cisa em produzir inúmeras fotografias e incluí-las no anexo do informe.

Segundo informações do Arquivo Nacional, o acervo do SNI contém cerca de cinco mil imagens fotográficas. Ademais, como é possível constatar no informe e nas fotografias do ato de 14 de agosto de 1979, durante a vigilância dos agentes da repressão a imagem fotográfica ocupou um espaço privilegiado na construção do estereótipo dos “inimigos da ordem”.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007.

CÂMARA DA SILVA, Sandro Héverton. *Anistia política: conflito e conciliação no âmbito do Congresso Nacional brasileiro (1964-1979)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Política), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política: o ato público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FREIRE, Américo; ROCHA, Dora (org.). *Vozes da oposição: depoimentos*. Rio de Janeiro: Grafine Artes Gráficas e Editora, 2001.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRECO, Heloísa Amélia. Anistia anamnese vs. anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Édson; TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009a.

_____. Memória vs. esquecimento, instituinte vs. instituído: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. In: SILVA, Kaike R. K. da (org.). *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009b.

_____. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 2003. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. *A escrita da repressão e da subversão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2006.

MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RAMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. (Coleção História Imediata, 5).

Recebido em 30/11/2013

Aprovado em 2/1/2014